

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ITUMBIARA/GO: 2008-2018

Juliano Guerra Rocha¹ (FM), Vana Beatriz Soares do Amaral² (PQ)

¹Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara/GO; ²Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara/GO.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Resumo

Em 2008, foi lançada pelo governo federal a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Desde então, os estados e municípios vêm envidando esforços para implementação de propostas pedagógicas que fortaleçam a inclusão, garantindo o direito e respeito à diversidade. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo compartilhar as experiências na implementação de políticas educacionais voltadas à inclusão, no âmbito da Rede Municipal de Educação de Itumbiara, nos últimos dez anos (2008-2018).

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Itumbiara.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 proporcionou grande avanço à educação, garantindo a cidadania e a dignidade humana, com vista ao desenvolvimento da pessoa, a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, não só garantiu o acesso e permanência na escola, como também acrescentou que é dever do Estado prover o acesso dos alunos preferencialmente nas escolas públicas (BRASIL, 1996). Isso fortaleceu a luta por uma educação mais inclusiva, buscando mudança de hábitos, atitude, ética, levando-nos a refletir e reconhecer que se trata de um posicionamento social, assegurando uma vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças.

Diante disso, um sistema educacional inclusivo precisa partir do princípio de que todas as crianças têm o direito de aprender, respeitando e reconhecendo as suas diferenças (BRASIL, 1990).

Para que a escola seja um espaço de formação e um ambiente que respeita o direito às diferenças faz-se necessária uma rede de apoio, objetivando a todos os alunos um acolhimento humanizado e com dignidade, para que eles possam superar suas limitações até então impostas.

Assim, a educação inclusiva amplia a participação e interação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, desenvolvendo suas potencialidades e cidadania. É uma mudança na cultura, na práxis e nas políticas vigentes na escola. É a reestruturação da educação embasada no paradigma inclusivo, que respeita a diversidade de forma humana, democrática e percebendo o sujeito na sua singularidade. Outro ponto importante é a contribuição para a promoção da aprendizagem e desenvolvimento pessoal do aluno como um ser global.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo compartilhar as experiências na implementação de políticas educacionais voltadas à educação especial numa perspectiva inclusiva, no âmbito da Rede Municipal de Educação de Itumbiara, nos últimos dez anos (2008-2018). A marcação temporal inicial se justificou por ter sido em 2008, o ano da publicação da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* – PNEEPEI (BRASIL, 2008).

Relato de Caso

Na atualidade vivemos um mundo de mudança e globalização, em que conviver e valorizar as diferenças é conhecer o desconhecido, aprender e construir uma relação, vencer os paradigmas, aprender com as diferenças. Apesar das resistências, as escolas estão se aprimorando, posicionando e procurando redefinir suas ações visando atingir uma educação voltada para a cidadania (BRASIL, 2001).

Tendo isto em vista, a inclusão de alunos com deficiência é uma tarefa desafiadora, um compromisso de toda escola, que visa a garantia e o acesso de todos os estudantes, em busca da qualidade do ensino, valorização à diversidade (BRASIL, 2005; CAPELINI, ZANATA, PEREIRA, 2010).

Em 2008, com a implementação do PNEEPEI (BRASIL, 2008) a Rede Municipal de Itumbiara iniciou um trabalho de fortalecimento por práticas inclusivas, abrindo a partir de então as Salas de Recursos Multifuncionais, com a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas da rede municipal. Por meio de convênios com o governo federal, em 2018, estão em funcionamento 20 salas de AEE.

A formação continuada e especializada é uma estratégia primordial da Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara (SME), objetivando a construção e reconstrução do saber pedagógico; a busca pela melhoria da qualidade do atendimento e da aprendizagem, oferecendo oportunidade de desenvolvimento, proporcionando uma visão diferenciada e profunda da complexidade desse processo.

Com base nesse enfoque, a SME se preocupa com a formação continuada dos Professores, Auxiliares de Sala e Professores de AEE, dentre os outros profissionais da Educação, com a realização de seminários; oficinas com palestrantes capacitados, estudo de caso e congresso, proporcionando uma reflexão da sua prática.

Esse aprimoramento teórico tem contribuído para uma prática onde o desenvolvimento humano é compreendido como troca recíproca, de interação com o mundo e com o outro.

No que tange à acessibilidade física e pedagógica todas as unidades escolares já realizaram mudanças de forma a garantir o acesso das crianças com deficiência. Acerca do transporte, o município conta com um micro-ônibus adaptado, em que é oferecido o transporte às crianças com deficiência física, em que a família não tem condições de levá-las até a escola, por falta de meios de locomoção. Os alunos com deficiências como surdez, visual, também contam com materiais e equipamentos específicos para atender suas necessidades, garantindo aos primeiros o Intérprete de Libras e ao segundo, o Instrutor de Braille, em sala de aula. Esses profissionais atuam em parceria com o professor regente.

Desde 2008, as Diretrizes Pedagógicas da SME orientam que os Projetos Político-Pedagógicos articulem suas propostas pedagógicas às Políticas Públicas da Educação Inclusiva, a partir de uma reflexão conjunta de toda a comunidade escolar.

A matriz curricular desenvolvida com os alunos com deficiência é a mesma proposta pelos níveis, resguardando as possibilidades de flexibilização, justificada pela plasticidade do aluno para aprender.

A SME também vem desenvolvendo um trabalho junto aos professores de forma a analisar as habilidades do aluno e verificar o que ele consegue realizar, convidando para elaboração de uma proposta pedagógica flexível, com diálogo, interação e troca mútua. Nesse ponto, o olhar do educador para com o aluno com deficiência é fundamental para compreender o real significado da não aprendizagem. Outra estratégia importante que vem sendo desenvolvida é de levar o docente

a uma reflexão sobre sua prática educativa, objetivando criar possibilidades para a produção do conhecimento e criar condições para que haja aprendizagem.

Dentro do princípio da educação inclusiva, uma ação fundamental para o desenvolvimento do aluno, é de manter um relacionamento com a família, pois esta poderá dar subsídio para a compreensão do não aprender. A família é base da experiência da criança/adolescente e a integração dos pais com a comunidade escolar favorece a integração do aluno à escola, aprimora sua educação, assim como favorece sua inserção na sociedade (MANTOAN, 2003).

Com o objetivo de ampliar a atenção às necessidades educacionais, outra ação da Secretaria Municipal da Educação foi de desenvolver uma rede de apoio integral ao aluno junto ao Ministério Público, Secretaria Municipal de Saúde, ONG, Conselho Tutelar, Universidade, dentre outros. Essa rede possibilita orientar e acompanhar as famílias de alunos com deficiência, ampliando sua participação no processo educacional, articular com serviços especializados existentes na rede de educação e saúde para atendimento das necessidades específicas dos alunos e estabelecer parceria com equipe multidisciplinar, possibilitando interação de profissionais da saúde, escola, família, com o objetivo de planejar e trabalhar suas habilidades e dificuldades.

Conclusões

Diante do exposto, os resultados apontam que a Rede Municipal de Itumbiara avançou muito nos últimos 10 anos, no que tange à inclusão. Não podemos deixar de mencionar que foi um grande desafio, mas que se faz necessário um projeto de transformação da escola, do apoio pedagógico, do intercâmbio entre os professores. Sabemos das dificuldades que poderão surgir, das frustrações e medo, mas os avanços e as transformações poderão ser construídos pela intersectorialidade de um trabalho em equipe, pela ousadia de acreditar na superação de obstáculos e na busca pelo conhecimento teórico/prático para o enfrentamento e transformação da prática educative.

Portanto, o que se propõe na rede municipal da educação de Itumbiara é uma escola inclusiva, que possa proporcionar uma educação de qualidade, acolhedora, propiciando a socialização, a interação, de forma a modificar atitudes preconceituosas, discriminatórias. Este trabalho se desenvolve dentro de um posicionamento crítico e político-pedagógico, possibilitando ao professor o desenvolvimento de um trabalho de forma flexível, com habilidade, cientificidade e autonomia.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Centro Gráfico 1996.

_____. **Constituição Federal**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial MEC/SEESP, 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho - MEC/SEESP, nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília: MEC, 2008.

_____. **Saberes e Práticas da inclusão:** recomendações para a construção de escolas inclusivas. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília, 2005.

CAPELINI, Vera Lúcia Messias Fialho, ZANATA, Eliana Marques, PEREIRA, Verônica Aparecida. **Ensino Colaborativo:** práticas pedagógicas inclusivas da criatividade à valorização das diferenças. Volume 5. Bauru: UNESP/FC/MEC, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.